



Anais da Assembleia

Nº 105

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE SETEMBRO DE 1978

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 96ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1978

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Lázaro Dumont.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Faci, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, Del Ciel, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Manoel Gaona, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otásio Pereira, Werner Wanderer, Lineu Turra e Wilson Fortes (34); achando-se ausentes os Senhores Deputados Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Rosário Pitelli, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato, Luiz Alberto Oliveira, Muggiati Filho, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho (20).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, sejam colocados em regime de urgência os Projetos de Lei n.ºs 127, 137 e 138/78, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1978.

(a) Fuad Nacli

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor MIGUEL ADUR FILHO.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1978.

(a) Jurandir Messias

JUSTIFICATIVA:

O extinto, ex-morador no Município de Pitanga, além de ser nosso particular amigo e companheiro, tinha o prestígio de ter sido um dos pioneiros dentro da região, oferecendo grande parte de sua vida voltada para o trabalho, sempre visando o engrandecimento e progresso de Pitanga. Esta demonstração do espírito de luta do falecido, angariou-a com merecimento e admiração e amizade de toda a população pitanguense.

Miguel Adur Filho, faleceu aos 59 anos, deixando viúva, vários filhos e netos.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se

dê ciência à família enlutada, à Rua Miguel Calluf, n.º 62 - Cajuru, nesta Capital.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer a inserção em ata de voto de profundo pesar, pelo falecimento do ínclito Desembargador JOAQUIM DE OLIVEIRA SOBRINHO, ocorrido ontem. O infausto acontecimento enluta e entristece o Paraná, especialmente a sua família judiciária, que se vê privada de um de seus mais ilustres filhos.

Joaquim de Oliveira Sobrinho, nascido a 4 de novembro de 1914, em Curitiba - Paraná, filho de BERTHIER DE OLIVEIRA e de Dona THEREZA DE SOUZA OLIVEIRA.

Foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na vaga de Advogado, pelo Decreto Governamental n.º 15.519, de 24 de julho de 1964, tendo assumido o cargo em 7 de agosto do mesmo ano.

Como Desembargador, exerceu o cargo de Corregedor Geral de Justiça, no período de 1969 a 1973.

Por mais de uma vez, exerceu, em substituição, a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado.

No Tribunal de Justiça, participou de várias Comissões, sendo que, atualmente, além de compor a Comissão Permanente de Revista de Jurisprudência, era Presidente da 2.ª Câmara Cível.

Antes de ser alçado ao cargo de Desembargador, foi magistrado no período de 1938 a 1945, quando abraçou a advocacia, chegando à Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná.

Pede-se, também, que a decisão do Plenário seja comunicada à família enlutada e ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1978.

(a) Accioly Neto

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão Especial de Deputados para participarem em nome desta augusta Casa de Leis, no 1.º SIMPÓSIO NACIONAL DE ECOLOGIA, a se realizar nesta Capital, no período de 26 a 29 do corrente mês e ano.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1978.

(a) Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

A constituição de uma Comissão Especial de Deputados, devidamente credenciados a representarem esta augusta Casa de Leis como participantes do 1.º Simpósio Nacional de Ecologia, viria de encontro com a luta que estamos incitando para que seja solucionado os problemas ecológicos do Paraná, tendo inclusive, e já em pleno funcionamento, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para estudar os problemas de Reflorestamento e Vazão de Rios no Paraná, e a participação não somente de uma Comissão Especial, mas a participação maciça de todos os Senhores Deputados, viria demonstrar a real preocupação por parte desta augusta Casa de Leis, com referência ao problema ecológico, que tanto aflige a população não somente do Paraná, mas a população da maior parte de nosso País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL — Departamento do Paraná, situado à Rua Barão do Rio Branco, 63 — 6.º andar, sala 605, nesta Capital, contendo votos de louvor pela realização do 4.º Encontro de Arquitetos do Cone Sul, a se realizar nesta Capital, de 25 a 30 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1978,

(a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que o Encontro de Arquitetos do Cone Sul, trará ao Paraná, mais precisamente para Curitiba, representantes das Associações de Arquitetos da Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, esperando reunir grande número de Arquitetos, não somente de nosso Estado, mas de todo o Brasil, merece também a atenção de nossa parte, visto que a beleza e a segurança de nossas edificações, tanto comerciais como residenciais, depende em muito de estudos e debates que são realizados exatamente em encontros desta natureza.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores, GENERAL DIRCEU ARAUJO NOGUEIRA, Ministro dos Transportes, DOUTOR ADEMAR RIBEIRO DA SILVA, Diretor Geral do DNER em Brasília, DOUTOR ENY ALVES NEVES, Chefe do DNER no Paraná, e ao DOUTOR OSIRES STENGHEL GUIMARÃES, Secretário de Estado dos Transportes no Paraná, no sentido de que sejam colocados a cada 5 (cinco) quilômetros em toda a extensão de estradas oficiais, tanto estaduais como federais, de preferência em locais bastante visíveis, uma sucata de veículos sinistrados em acidentes rodoviários, e que estão depositados nos Postos da Polícia Rodoviária, para que desta maneira, chamar um pouco mais a atenção de motoristas que gostam de abusar da alta velocidade, e também das ultrapassagens, em certos trechos de estradas que não dão a mínima condição de visibilidade.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1978.

(a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que se presencia nas estradas com referência ao abuso praticado por parte de motoristas tanto de caminhões como de carros de passeio, que trafegam nas estradas de asfalto, é de fazer com que as pessoas tomem consciência do risco que corre, ao sair de casa para uma viagem, por muito perto que se vá. Talvez com a exposição de veículos sinistrados nas beiras das estradas oficiais, façam com que os motoristas se recordem das inúmeras propagandas que o governo vem fazendo através do rádio e da televisão, e assim se acautelem um pouco mais nas ultrapassagens de veículos e moderem um pouco mais a velocidade, não colocando em risco sua própria vida, e a vida daqueles que mesmo se precavendo, são colhidos pela imprudência de outros.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 156/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica instituído o sistema de Proteção do Meio Ambiente contra qualquer agente poluidor ou perturbador, na forma prevista nesta Lei.

§ 1.º — Para efeito deste artigo considera-se Meio Ambiente como conjunto de todos os seres vivos, vegetais e animais

e o meio físico que lhes serve de substrato.

§ 2.º — Considera-se como agente poluidor ou perturbador, qualquer ação exercida sobre este Meio Ambiente, capaz de causar o desconforto, o desaparecimento ou morte dos seres vivos nele integrados, inclusive o homem.

Art. 2.º — Caberá a Administração de Recursos Hídricos — ARH a aplicação e a fiscalização para o fiel cumprimento desta lei, de seu regulamento e das normas delas decorrentes.

Art. 3.º — Fica proibida qualquer ação de agentes poluidores ou perturbadores, bem como, o lançamento ou liberação de poluentes sobre o Meio Ambiente.

§ Único — Denomina-se poluente, qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente:

a) Prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população;

b) Criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) Impeçam o uso racional dos recursos naturais;

d) Causem ação depredatória excessiva.

Art. 4.º — A instalação, a construção ou a ampliação, bem como, a operação ou funcionamento das fontes de poluição que forem enumeradas no regulamento desta lei, ficam sujeitas à prévia autorização da ARH, mediante licenças de instalação e de funcionamento.

§ Único — É considerada fonte de poluição qualquer atividade, sistema, processo, operação, maquinária, equipamentos ou dispositivos, móvel ou imóvel, previsto no regulamento desta lei, que altere ou possa vir a alterar o Meio Ambiente.

Art. 5.º — As pessoas físicas jurídicas que infringirem esta lei, serão punidas com a multa diária de 5 (cinco) a 100 (cem), valores de referência regionais, enquanto perdurar a infração.

§ 1.º — A aplicação das penalidades de que trata este artigo não impede que outras ações paralelas de responsabilidade penal sejam tomadas.

§ 2.º — As importâncias arrecadadas através de aplicação de multas serão destinadas à ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS — ARH.

Art. 6.º — Esta será regulamentada dentro de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de sua publicação.

Art. 7.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1978.

(a) Ezequias Losso.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, inscrito.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

— Talvez tenha sido mal-entendido deste Deputado que, alguns dias atrás, ocupou esta tribuna, Sr. Presidente.

Talvez tenha havido uma infelicidade deste orador, quando eu reafirmava e quando eu confirmava de que, neste País, notadamente neste Estado, enquanto uma professora ganha dois mil e setecentos cruzeiros, que talvez tenha freqüentado dezessete longos anos de bancos escolares, o soldado, às vezes semi-analfabeto, ganha mais do que ela.

Sr. Deputado, não quis este Deputado com isto, dizer que o soldado da Polícia Militar do Estado do Paraná não merecesse o ordenado que recebe. Quantas vezes o soldado dessa Polícia gloriosa, sai de casa, beija a esposa, beija os filhos, sem a certeza de voltar para uma tentativa da garantia da paz social.

Não, Sr. Presidente. O soldado até está ganhando muito pouco, pelo risco de vida que ele tem, pela bravura e pela sua coragem.

Não concordamos, entretanto, Sr. Presidente, que o

soldado, que pouco estudou, perceba ordenado e salário maior do que o professor que lutou, Sr. Presidente, para galgar o posto que ocupa, e posto importante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tão importante — e eu repito — que nas mãos desses mestres, estão entregues os nossos filhos. É o destino deste País.

Ocupo nesta tarde, Sr. Presidente, esta tribuna, para pedir a Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado, com veemência, para fazer um apelo até de clemência, Sr. Presidente, quando não haveria necessidade disso.

Seria muito mais justo, mais honesto e mais leal que nós, desta tribuna, exigíssemos ao professorado do Paraná, simples e tão somente justiça.

Somos, entretanto, obrigados, porque somos pais, porque nós nos preocupamos com o destino desta Pátria, de vir a pedir até clemência.

Veja, Sr. Presidente, as manchetes estampadas no jornal "O Estado do Paraná" do dia de hoje, padre, professor, entre os punidos.

Segunda manchete: — qual o critério da justiça, do nosso líder?

Terceira manchete: — um gesto de grandeza.

Quarta manchete: — pedido para os bispos. Tanta gente pediu clemência. Tanta gente gritou desta tribuna e da outra do lado de lá. De ARENA e do MDB, para que o Governo desse Estado, deixasse o carracismo, e atendesse ao magistério público.

Senhor Presidente, não volto a falar sobre o magistério público. Apelo em nome do povo, e nesse instante cruciante deste Estado, para que os mestres, dedicados, que amoldam a consciência dos nossos filhos, que os preparam para o futuro do Brasil de amanhã, recebam deste Governo, a anistia, e não punição, Senhor Presidente.

Afinal de contas, tantos anos de luta, de trabalho, de sacrifício, tentando, de qualquer maneira, ajudar esse país, na educação dos nossos filhos, das nossas crianças. Que o Governo se reencontre com Deus e com o que é normal e conceda ao professorado paranaense a anistia e faça para eles, unicamente o que eles pedem: justiça, Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Roberto Soares) — No Pequeno Expediente, com a palavra, o nobre Deputado Del Ciel, inscrito.

O SR. DEL CIEL — Senhor Presidente, eminentes Senhores Deputados.

Atônito e afônico, venho à tribuna, neste instante, para pedir não anistia aos homens que representam e fazem o símbolo da educação no Estado do Paraná.

Aqui não me apresento para pedir anistia aos professores do meu Estado, porque os nossos mestres, crime nenhum cometeram e estão lutando, e isto sim me traz à tribuna, estão lutando por justiça e em busca da justiça venho à tribuna deste Parlamento, nesta oportunidade. Vi, há poucos dias, estarecido e surpreendido, Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado do Paraná, levar a sua imagem e a sua palavra, através das emissoras de televisão, onde desfiou um verdadeiro rosário de críticas e injustiças aos professores do Estado do Paraná, desrespeitando e agredindo o magistério paranaense. Traíndo e ofendendo esta Casa Legislativa, que não pode silenciar, diante de tal manifestação. O Sr. Jayme Canet Júnior, foi a cores, para todo o Estado do Paraná, e estarecido via que seus olhos irradiavam o ódio, o rancor e a vingança, a injustiça e a perseverança na defesa de uma posição que injustiça, que sacrifica e que até mesmo escraviza o magistério paranaense.

E, este Poder foi agredido, foi ofendido e foi desrespeitado quando teve Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado, a petulância de dizer que gostaria que o Estado do

Paraná se reunisse em uma grande assembléia. Aqui, está este Poder, poder que não pode, Poder castrado mas, que, ainda representa o povo paranaense. E é por isto, Sr. Presidente, que há poucos instantes dizia o Líder de minha bancada, para que todos nos uníssemos a exigir a convocação do senhor todo poderoso, que pode falar ao Paraná quando quer e como quer; dizer o que bem entender, sem que aos acusados seja permitida a oportunidade de defesa. O povo do Paraná fez de nós, Deputados, constituindo esta grande Assembléia e haverá de ter Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado, a honra e a dignidade de vir a este Poder, por convocação deste Parlamento, debater com a grande Assembléia do povo paranaense, para ver se, realmente, o Poder Executivo que tudo pode, está traíndo, injustificando o magistério paranaense, está injustificando a educação do nosso Estado; está impondo um verdadeiro regime de terror nas escolas estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Roberto Soares) — A Presidência lembra a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado e concede mais alguns segundos para que Vossa Excelência possa concluir.

O SR. DEL CIEL — Voltaremos em outra oportunidade para requerer a convocação de Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado, para que ele venha a este Parlamento, a grande Assembléia do Povo do Paraná, e um congresso, só, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este sim, será o grande congresso, será aquele realizado no dia 15 de Novembro próximo, o verdadeiro congresso do professor, o grande congresso do trabalhador e do estudante, o congresso do povo quando diremos ao Governo quantas injustiças impuseram ao povo do Estado do Paraná e ao povo brasileiro.

Para esse grande congresso, todos nós estamos convocados e a justiça haverá de brotar no alvorecer de um novo dia que está breve.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Roberto Soares) — Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara. (Pausa) — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont. (Pausa) — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel. O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos, atentamente, as afrontas feitas ao ilustre Governador do Estado, pelo não menos ilustre Deputado Del Ciel.

É de estarrecer, Sr. Presidente, é de estarrecer, Srs. Deputados; é de estarrecer, povo do meu Paraná, quando se ataca, frontalmente, uma autoridade constituída, uma autoridade do gabarito de Canet Júnior quando se usa de uma tribuna que foi outorgada pelo povo para que se diga a verdade, sem demagogia e sem falsa modéstia, para que o Deputado venha, aqui, apenas, dizer a verdade, sem procurar denegrir o nome do ilustre Governador que poderia, perfeitamente, entrar na tirada demagógica de alguns maus elementos do MDB. Mas como ele não quer deixar o seu sucessor a mercê de balelas, a mercê de demagogia barata, então ele está procurando dialogar com os professores para que o Estado tenha suporte financeiro para poder pagar esta classe que muito tem contribuído para o bem estar de nosso Estado e de nossa Nação.

É de estarrecer, Srs. Deputados, quando vemos homens de tirocínio político, homens ilustrados e letrados virem aqui à tribuna falar balelas, apenas na antevéspera, Sr. Presidente, de um pleito eleitoral; porque estou vendo estampada a derrota no seu próprio rosto. A derrota do seu partido e a vitória do partido do povo que não quer outra coisa a não ser a verdade, do povo que não quer que se volte aos idos de 64, do povo que confia em Jayme Canet Júnior.

E não vamos admitir, Sr. Presidente, e não vamos admitir. Srs. Deputados, e não vamos admitir povo do meu Paraná.

que procurem dizer que Canet Júnior faltou em algum momento com o respeito e com a dignidade para com esta Assembléia. Porque também nós fazemos parte deste Poder e também nós, Sr. Presidente e também nós, Srs. Deputados, não podemos ouvir calados, as tiradas demagógicas dos idos tempos, onde hoje o povo não quer outra coisa a não ser a tranquilidade e a prosperidade do nosso Estado.

Os moços que acham que o Governo não pode pagar ou que não quer pagar, que achem a forma miraculosa para que o Estado possa pagar, para que o Estado possa fazer a demagogia química necessária para a antevéspera das eleições.

Jayme Canet Júnior, um homem de punho forte, um pai de família e um amigo dos professores, Sr. Presidente, e um amigo até do próprio Deputado que o hostiliza injustamente. Deputado que o hostiliza pois está vendo a sua administração a fazer cair por terra a demagogia, a demagogia destes que só trazem o desatino, destes que não querem outra coisa a não ser denegrir o nosso Paraná.

Quais foram as soluções que trouxeram a esta Casa estes moços que atacam Canet Júnior? O que que se fez até o presente momento para que o Paraná tivesse uma solução melhor, para que o Paraná tivesse mais estradas, para que o Paraná tivesse mais hospitais? O que que se fez, Sr. Presidente, o que que se fez, Srs. Deputados, o que que se fez em benefício de nossa terra e de nossa gente?

O que que se fez, o que que fez o milagroso Leite Chaves pelo Paraná? Homem que empacotou o voto dos paranaenses e até hoje não disse nem "muito obrigado".

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Dada a necessidade de haver, pelo menos dezoito Senhores Deputados para que possa se dar prosseguimento à sessão, solicitamos a Vossa Excelência dê por encerrada, uma vez que não se encontra o número mínimo exigido para a continuidade da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Vossa Excelência requer chamada nominal para constatação de "quorum", Deputado?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Se for necessário, mas então fica requerido.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência tão logo alerte os Senhores Deputados que por ventura se encontrem noutras dependências do Palácio 19 de Dezembro, solicitará do Sr. Secretário faça a chamada nominal para a constatação de "quorum" regimental.

O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de "quorum".

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Faz a chamada)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Responderam a chamada 21 Srs. Deputados.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério. (Pausa) — (Ausente).

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomamos à tribuna, nesta sessão, para enfocar dois assuntos de grande importância no contexto social.

O primeiro, refere-se ao problema da proteção ambiental, que mereceu inclusive, desta Casa, especial e oficial atenção, desde o ano de 1975, quando foi instalada a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, que tenho a honra de presidir.

Nesta função, temos contado com a efetiva contribuição

de renomados estudiosos e autoridades no assunto, dentre as quais se destacam o Superintendente da Administração de Recursos Hídricos, Dr. José Neves Labatut, de assessores e técnicos do mesmo órgão, como também do jornalista Luiz Nunes Moreira.

Resultante de pesquisas, oferecemos à Casa um projeto de lei que dispõe sobre a proteção do meio ambiente contra qualquer agente poluidor ou perturbador, e dá outras providências.

A justificativa da proposição, Sr. Presidente, está vazada nos seguintes termos: (Lê)

"JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal (Emendas Constitucional n.º 1, de 17/10/78, em seu artigo 8.º, inciso XVII, letra C), diz competir à União legislar sobre normas gerais de defesa e proteção da saúde. O parágrafo único desse mesmo artigo ressalva a competência dos Estados para legislar supletivamente sobre a mesma matéria (Essa competência supletiva inclui também a complementar).

Portanto são competentes para legislar sobre a saúde pública a União, os Estados e os Municípios; e mais ainda no que se refere à poluição ambiental.

A política de prevenção ao meio ambiente deve ser apropriada através de uma legislação capaz de proporcionar aos organismos competentes as condições essenciais para disciplinar as ações poluidoras e perturbadoras do Meio Ambiente.

Essa política de prevenção é resultado de Estado de alerta e de vigilância dos representantes do povo no assunto poluição ambiental.

A poluição ambiental é fruto do desenvolvimento.

Este desenvolvimento se planejado em todos os seus aspectos, e, no caso, sobre os recursos naturais, será controlado se existir diploma legal que trate da matéria em causas e efeitos, e, instituição que tenha função de defesa do Meio Ambiente.

Em nosso Estado se observa a carência de um instrumento legal que dê amparo a Autarquia Administração de Recursos Hídricos, órgão estadual vinculado à Secretaria de Estado do Interior, no que trata de preservar ao homem adequadas condições ambientais. A Administração de Recursos Hídricos, é, no Paraná, delegado da Secretaria Especial do Meio Ambiente, por convênio de 5 (cinco) anos, a partir de 13/06/78.

A Secretaria Especial do Meio Ambiente — SEMA foi criada pelo Decreto 73.030, de 30/10/73, no âmbito do Ministério do Interior, orientada para a conservação do Meio Ambiente e ao uso racional dos recursos naturais, com legislação especial.

A situação de ausência de um diploma legal tem preocupado a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Assembléia Legislativa que, por isso, já há alguns meses tem mantido, através da Presidência, contatos com a Superintendência e Técnicos especializados da ARH.

No final do mês de junho, inclusive, esta Casa de Lei ouviu a magnífica e importante exposição a respeito das atividades que a ARH desenvolve no tocante à preservação, controle e educação ambiental, e, aos problemas que enfrenta.

E o quanto puderem sentir os senhores deputados que a ouviram das dificuldades existentes pela falta de um instrumento legal adequado. E essa não existência de instrumento legal, torna-se óbice para completa implantação e implementação de projetos e atividades com as metas de respeitar a qualidade de vida ao homem do Paraná.

Resultante destas trocas de informações, sentimos a urgência de apresentar o seguinte projeto de lei, que visa preencher esta lacuna para o desenvolvimento equilibrado e ordenado de nosso Estado, sem agressões maiores aos recursos am-

bientais, através de prevenção, ao invés de correções dos desequilíbrios.

É oportuno destacar que a economia do Estado se fundamenta, justamente, no bom uso dos recursos oferecidos pela natureza de modo que, uma política que fixe atribuições, estabeleça normas, caracterize especificações, sob tecnologia atual em programas de preservação em integração do progresso.

Cabe ao Governo prever o amparo legal para que se possa usar a natureza, não prejudicando os recursos, obtendo benefícios e minimizando os desequilíbrios que poderiam tornar os processos da natureza irreversíveis.

É uma situação de urgência que se mantenha o equilíbrio ecológico com estabilização de todos os componentes do ecossistema, ou de todos os organismos vivos e seu meio físico.

Essa falta de equilíbrio gerará atrofia, isto é, redução de crescimento ou da atividade de qualquer organismo vegetal ou animal que encontre condições desfavoráveis. Tais condições se negativas causam alterações na cadeia alimentar e em aspectos amplos do habitat, ser toda área física onde vive uma determinada espécie.

Sabe-se que uma comunidade, como conjunto de populações num determinado espaço, depende de boas condições da biosfera para a vida ser possível. A degradação, destruição ignominiosa de uma qualidade ambiental, estrago ou aviltamento da natureza produzirá modificações prejudiciais. E a extrapolação desses valores da natureza situam em posicionamento questionável a qualidade de vida das pessoas."

Encaminharei, em seguida, Sr. Presidente, à Mesa, o texto do projeto de lei, contendo diversos artigos a respeito do assunto evocado.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o segundo assunto que nos traz à tribuna, é o referente a um projeto que está em tramitação na Câmara dos Deputados, que vem prejudicar os farmacêuticos não só do nosso Estado, mas de todo o Brasil.

Como membro da classe, Sr. Presidente, quero externar aqui a preocupação de milhares de farmacêuticos e bioquímicos, assim como estudantes dessas duas especialidades.

Ocorre que tramita na Câmara Federal, o Projeto de Lei n.º 101/77, com Substitutivo da Câmara Federal, através do qual, a meu ver, se dá atribuição em excesso à carreira do Bio-Médico.

O farmacêutico bioquímico recebe uma formação bem completa, consubstanciada num curso de quatro anos, ou três mil horas; e estágio obrigatório de outras seiscentas horas em laboratórios. Ao contrário disso, os bio-médicos não recebem uma formação equivalente. Pois conclui o Curso Superior em apenas 2.500 horas. Nesse currículo, deixam de figurar cadeiras de fundamental importância, assim como, Bromatologia, que é considerada básica, já que se trata de análise de produtos alimentares.

Não podemos concordar e nem entender como pode a pretendida proposição aventar atribuições do porte de analista clínico, bromatológico, radiológico e patológico, a um profissional da biomedicina, cuja formação foi exclusivamente dirigida aos ramos da pesquisa e do ensino.

Para formular esse mesmo protesto que acredito vem em nome de milhares de profissionais farmacêuticos e bioquímicos do País, meu irmão, o Deputado Federal Igo Iwant Losso, já assomou a tribuna da Câmara Federal, por diversas vezes e especialmente ontem. Fez ver a infelicidade do pedido no que também desejo ratificar posição.

Hoje mesmo estou encaminhando a Brasília, para a Mesa Diretora da Câmara, um telex, no qual faço apelo a todos os Parlamentares da bancada paranaense, para que não permitam a aprovação do projeto, na parte que prejudica os profissionais

da farmácia e bioquímica.

Se esse documento se oficializar, será um desestímulo para a classe laboriosa que impuseram o desenvolvimento na área da saúde brasileira. Sei também que está em Brasília a professora Maria de Lourdes Gomes de Castro, Secretária do Conselho Regional de Farmácia, acompanhada de um grupo de acadêmicos paranaenses e farmacêuticos. O objetivo é o mesmo: impedir que tal dispositivo do projeto seja aprovado no tocante a este ponto.

Não só essas vozes se levantam contra a intenção que pode ser até definida como abusiva, porque muitas delegações de outros Estados da Federação já estão tomando a mesma atitude.

O biomédico não pode assumir as responsabilidades de um farmacêutico, para a qual não teve formação especializada. Isto seria até um risco para o próprio profissional e para o usuário do serviço.

Era só, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Consulto a Liderança do MDB, sobre se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado. (Declina).

Consulto a Liderança da ARENA se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, no seguinte teor: "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 91/78, constante da Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1.978.

(a) Ivo Thomazoni."

Em votação o requerimento.— Aprovado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere.

Em votação o requerimento que solicita preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 91/78.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se.

10 Srs. Deputados o aprovam; 6 Srs. Deputados o rejeitam. Não há "quorum" para deliberação.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Solicitaria a Vossa Excelência, que mandasse proceder a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere.

O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal para constatação de "quorum" regimental para prosseguimento da sessão.

(O Sr. 1.º Secretário procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Responderam a chamada nominal 23 Srs. Deputados. Há "quorum" apenas para prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

A matéria constante da Ordem do Dia, distribuída e em mãos dos Srs. Deputados, está toda ela com discussão encerrada e em fase de votação. Não havendo número para votação em consequência transfere-se a deliberação para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Adur Filho.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Desembargador Joaquim de Oliveira Sobrinho.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela realização do 4.^o Encontro de Arquitetos do Cone Sul, a se realizar de 25 a 30 do corrente mês.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando o envio de expe-

dientes a diversas autoridades, no sentido de que sejam colocados a cada cinco quilômetros em toda a extensão de estradas oficiais, tanto estaduais como federais, de preferência em locais bastante visíveis, uma sucata de veículos sinistrados.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando a constituição e uma Comissão Especial de Srs. Deputados, para participarem em nome desta Casa de Leis, do 1.^o Simpósio Nacional de Ecologia.— **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 21, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente. Levanta-se a sessão.